

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO-----

Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente.**-----
- 2. Actas.**-----
- 3. Cuidados de Saúde no Município de Santiago do Cacém.**-----
- 4. Lei eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais (alterações).**-----
- 5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a) 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2008/2011;**-----
 - b) 1º Revisão ao Orçamento de Despesa/Receita 2008;**-----
 - c) Adesão do Município de Santiago do Cacém ao CEBAL – Centro de Biotecnologia Agrícola e Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral;**-----
 - d) Desafectação de terreno do domínio público, a anexar ao Lote 71, sito no Bairro da Petrogal, na Cidade de Vila Nova de Santo André;**-----
 - e) Aquisição de Serviços para revisão do Plano Director Municipal – Repartição de encargos.**-----
- 6. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA.**-----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, Sandra Maria Brás Coelho, Margarida Isabel de Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: José Augusto Sabino Diogo, José Élio Sucena e José Joaquim Catalino dos Santos. -----

Verificou-se ainda a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença e dos senhores Vereadores, Margarida Santos, José Rosado, Álvaro Beijinha, Manuel Mourão e Maria dos Anjos Polícia.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA-----

O senhor Presidente deu conhecimento que o senhor José Joaquim Catalino dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, se faz representar, nesta Sessão, pelo seu substituto legal, senhor Albano Mestre.-----

INCLUSÃO DE ASSUNTO NA ORDEM DO DIA-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que fundamentou a urgência do pedido de inclusão da seguinte proposta: **“Adesão do Município de Santiago do Cacém à AMAGIA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Integral de Água.”**-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** de inclusão deste assunto a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade, passando a constar como alínea f) do ponto cinco da Ordem do Dia.**-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – INSCRIÇÕES-----

O senhor Presidente deu conhecimento que se inscreveram para usar da palavra os senhores, Hélder Matias, Vítor Casanova e Dinis Silva, colocando à consideração da Assembleia Municipal que lhes fosse concedida a palavra a seguir ao período Antes da Ordem do Dia, para que não tenham que esperar até ao final dos trabalhos. -----
Não foram levantadas objecções.-----

TRÂNSITO NA CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM-----

Interveio o senhor Carlos Pereira Dias, chamando a atenção para o aviso colocado no Largo Alexandre Herculano indicando o acesso às Romeirinhas, o qual induz em erro, porque, posteriormente, foi proibido aceder às Romeirinhas pela via indicada naquele aviso, sem que o mesmo tenha sido retirado.-----

Chamou também a atenção para a obrigação de virar à direita, junto ao Intermarché, obrigando os automobilistas a ir à Rotunda para voltarem para a Av. D. Nuno Álvares Pereira, dado que aquela Rotunda se situa a menos de cem metros. Situação prevista no Código da Estrada. Contudo, referiu que esta obrigatoriedade não acontece em todas as rotundas, como por exemplo naquela que está situada ao fundo da Rua Costa Serrão. Acrescentou que aquela situação é propícia à multa fácil, por distração dos condutores, o que a GNR aproveita.-----

SERVIÇOS MUNICIPAIS – FUNCIONAMENTO-----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu que é com alguma frequência que ouve queixas dos munícipes sobre a forma como são atendidos nos Serviços Municipais e sobre a demora nas respostas, acrescentando que alguns munícipes esperam meses por documentos que solicitam à Câmara Municipal, mas não reclamam porque tem receio de represálias.-----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – NOVO HOTEL-----

O senhor Carlos Pereira Dias considerou que o novo hotel, construído junto à Pousada, é um caixote feio e não se enquadra na paisagem.-----

O senhor Jorge Pinela referiu que partilha da opinião do senhor Pereira Dias sobre o novo hotel, e considerou que a arquitectura das três vivendas que estão em construção, em Deixa-o-Resto, não devem ser deste planeta. -----

ALDEIA DE SANTO ANDRÉ – MANUTENÇÃO DE CAMINHOS-----

O senhor António Isidoro perguntou, se a Câmara Municipal tem conhecimento da situação em que se encontram três caminhos junto àquela Aldeia. -----

SEGURANÇA NO MUNICÍPIO-----

O senhor António Albino referiu que é preocupante a falta de efectivos da GNR, nomeadamente, em Ermidas, Alvalade e Cercal do Alentejo, o que está a preocupar as populações. Acrescentou que, em Cercal do Alentejo, acresce ainda o mau estado de conservação do Posto, a precisar de uma intervenção urgente, o que levou a Câmara Municipal a disponibilizar a EB1 de Pouca Farinha, para instalação provisória dos efectivos da GNR. -----

Mais informou que, ontem, participou uma reunião no Governo Civil de Setúbal, com o senhor Presidente da Câmara Municipal e os presidentes das Juntas de Freguesia de, Ermidas, Alvalade e Santiago do Cacém, mas saíram daquela reunião sem saber que decisão vai ser tomada no sentido da resolução destes problemas. -----

Informou ainda que, em Cercal do Alentejo, está em curso um abaixo-assinado, a enviar às entidades competentes, solicitando a tomada de decisões urgentes sobre este assunto.

O senhor Joaquim Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos, referiu que se tem verificado uma redução progressiva dos efectivos da GNR, em Alvalade, pelo que, actualmente, aquele Posto dispõe somente de cinco elementos, o que é insuficiente para a cobertura nas duas freguesias e para assegurar o funcionamento permanente do Posto, obrigando ao seu encerramento à meia-noite. -----

Informou ainda que, há pouco tempo, a sede da Junta de Freguesia de S. Domingos foi alvo de uma acção de vandalismo, eram cinco horas da manhã, e só cerca das nove horas, é que um elemento da GNR se deslocou ao local. -----

O senhor Joaquim Gamito considerou que é preciso reforçar o patrulhamento naquelas freguesias. -----

CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA EM ALVALADE-----

O senhor Joaquim Gamito solicitou informação sobre a construção de uma rotunda à entrada daquela Vila.-----

NOVA LEGISLAÇÃO – LICENCIAMENTOS-----

O senhor João Saraiva de Carvalho questionou, se os funcionários do Município já dispõem da nova legislação sobre licenciamentos, a qual entra em vigor no dia três de Março, e considerou que a mesma vai dificultar o licenciamento de obras. -----

ALVALADE - ESTRADA MUNICIPAL 526 - OBRAS-----

O senhor Rui Madeira questionou sobre o ponto de situação relativamente às obras de recuperação daquela via, a qual é muito importante para os agricultores que desenvolvem a sua actividade naquela zona.-----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – INSTALAÇÃO DE LOJA DO CIDADÃO-----

O senhor Jaime Cáceres, referiu que o Executivo da Junta de Freguesia de Santo André está muito empenhado, em conjunto com a Câmara Municipal, na instalação da Loja do Cidadão naquela Cidade, tendo em conta a falta de Serviços Públicos para responderem às necessidades das populações. Acrescentou que não é um processo fácil, pelo que, apelou a todas as sensibilidades políticas representadas na Assembleia Municipal, o seu empenho na luta para alcançar este objectivo. -----

Solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse o ponto de situação deste processo. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, referindo que a Loja do Cidadão, em Vila Nova de Santo André, é um investimento importante que importa concretizar de forma rápida. Considerou que a Cidade de Vila Nova de Santo André é uma candidata forte àquele equipamento, e que o senhor Presidente da Junta de Freguesia pode contar com a solidariedade e o apoio do Grupo Municipal do PS neste objectivo. -----

Questionou em seguida o Senhor Jaime Cáceres, para saber, se tem acompanhado as obras de instalação do Gabinete Municipal de Santo André, o qual era para abrir logo a seguir às eleições autárquicas, tendo em conta que é importante dotar aquela Freguesia de serviços de proximidade, dado o seu peso demográfico. -----

O senhor Jaime Cáceres agradeceu o apoio do Grupo Municipal do PS, e acrescentou que não está preocupado com a instalação do Gabinete Municipal de Santo André, dado que existe dotação orçamental para o mesmo, pelo que, está convencido que o mesmo será concretizado até ao final do mandato em curso. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas, o qual começou por referir que existem queixas sobre os **Serviços Municipais**, mas também há quem os elogie, acrescentando que tem vindo a ser feito um grande esforço para melhorar a sua capacidade de resposta, e que é dispensada a atenção devida às reclamações, no sentido de responder com brevidade às questões que são colocadas. -----

Mais referiu que nem sempre é da responsabilidade dos Serviços as demoras nos processos, as quais resultam também de falhas na instrução dos mesmos por parte dos requerentes. -----

Sobre a **nova unidade hoteleira**, na Sede do Município, informou que a Câmara Municipal interveio no processo, o qual compreende um projecto de arquitectura arrojado, virado para o centro histórico, com trinta e cinco quartos, e que ao seu lado se mantém parte do edifício da antiga Pousada. -----

Relativamente às **questões de segurança no Município**, referiu que fez chegar, hoje, aos eleitos da Assembleia Municipal, cópia do fax que remeteu à Senhora Governadora Civil sobre este assunto. Acrescentou que tomou conhecimento que a Senhora Governadora remeteu um fax a todas as Forças Políticas com assento na Assembleia Municipal, com cópias da correspondência que consigo trocou sobre esta questão, considerando que se trata de um facto inédito no Distrito. -----

Mais informou que, conforme refere no fax, da reunião que teve lugar, ontem, com a Senhora Governadora Civil para tratar de questões de fundo sobre esta matéria, trouxe uma mão cheia de nada, dado que, sobre a falta de efectivos no Município, o que foi dito é que não há soluções e sobre o Posto da GNR do Cercal e não foi apresentada qualquer saída para a resolução do problema. -----

No referente à **EM 526 – Vale Zebro**, informou que vai ter lugar, no dia cinco de Março, a assinatura do Contrato-Programa entre a Câmara Municipal e as Estradas de Portugal, para a sua reabilitação, com a presença do Senhor Secretário de Estado da Administração Local. Acrescentou que foi esta a solução encontrada pela Câmara

Municipal, dados os elevados custos da intervenção, porque noutras situações resultantes das cheias foi possível à Autarquia intervir com obras por administração directa. -----

Em relação à instalação de uma **Loja do Cidadão**, na Cidade de Vila Nova de Santo André, considerou que o importante é que a população venha a ser beneficiada com aquele serviço. Pelo que, neste sentido, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo André, contactou a Agência de Modernização Administrativa e disponibilizou um espaço para o efeito, com uma área de setecentos metros quadrados. -----

Sobre a **Rotunda, em Alvalade**, informou que já foi lançado concurso para a sua concretização. -----

Relativamente ao **Gabinete Municipal, em Santo André**, informou que prevê que as obras sejam iniciadas, em Abril do ano em curso. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador José Rosado, o qual referiu que vai analisar as questões colocadas sobre o **trânsito**. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou em seguida a palavra ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual começou por referir que embora haja algumas queixas **sobre os serviços** prestados na divisão de Gestão Urbanística, também há quem considere que tem havido alguns progressos, dando como exemplo alguns processos importantes que tem sido desenvolvidos num curto espaço de tempo, apesar das dificuldades com falta de pessoal. Acrescentou que as pessoas podem colocar as questões que quiserem sem temerem represálias porque essa prática não existe na Câmara Municipal. -----

Relativamente aos projectos do novo hotel na Sede do Município e das vivendas em Deixa-o-Resto, considerou que os mesmos marcam pela diferença e que se trata de uma questão de gosto. -----

Relativamente à **manutenção dos caminhos** na freguesia de Santo André, referiu ter tomado nota da situação. -----

Sobre a **nova legislação relativa a licenciamentos**, lamentou que não tenham saído todas as portarias regulamentares, o que não permitiu aos serviços a devida preparação para a sua aplicação. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que é impensável que um Município com as características de Santiago do Cacém disponha somente do número actual de **efectivos das Forças de Segurança**. -----

Acrescentou que, no ano transacto, a Assembleia de Freguesia de Ermidas, aprovou uma moção sobre esta questão, solicitando ao Governo o reforço de efectivos. -----

Mais considerou que é importante prosseguir com os esforços que visem a dotação de meios humanos e de equipamento para os postos da GNR. -----

Referiu ainda esperar que sejam ultrapassadas as questões entre o Governo Civil e a Câmara Municipal, no sentido de haver o melhor relacionamento possível entre as duas instituições. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu partilhar das preocupações do senhor Arnaldo Frade, pelo que, solicitou uma audiência ao senhor Secretário de Estado da Administração Interna para colocar o assunto em causa. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO----- **RONCÃO – OBRAS NA SALA DE CONVÍVIO**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Hélder Matias, o qual informou que foi contratado, em dois mil e dois, para efectuar as obras de ampliação daquela Sala de Convívio, as quais concluiu há três anos atrás, não tendo até agora recebido todos os

montantes em dívida. Acrescentou que não sabe a quem pedir contas, porque as verbas que recebeu até agora foram pagas através de cheques pessoais de membros da colectividade, ignorando se a mesma tem figura jurídica. Acrescentou que as diligências feitas pela sua advogada junto da senhora que estava à frente da Comissão não resultaram, porque a mesma não compareceu no escritório daquela, como lhe foi pedido. Mais referiu que a realização daquelas obras foi acordada com o senhor Vítor Proença e com o senhor José Baguinho.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara se rege por princípios de contratação pública e que, em casos semelhantes ao colocado, são as Associações de Moradores que assumem as despesas em causa.-----

Mais informou que nunca abordou este assunto com o senhor Hélder Matias e que irá solicitar ao ex-Vereador José Baguinho que clarifique esta situação, numa reunião que promoverá com as pessoas envolvidas neste processo.-----

Interveio o senhor Pedro Gamito, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco, informando que a Junta de Freguesia não tem responsabilidade directa naquelas obras, e que a mesma se limitou a apoiar a colectividade.-----

O senhor Jorge Pinela considerou que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de S. Francisco têm responsabilidades nesta situação, porque deixaram que fosse explorada a Sala de Convívio sem que existisse uma Associação devidamente legalizada.-----

Acrescentou que, na sua opinião, a Sala de Convívio é propriedade da Junta de Freguesia e, conseqüentemente, as obras são da sua responsabilidade, porque a Junta foi dando os materiais às pessoas, as quais apuravam dinheiro e ajudavam na construção da mesma, com a condição de a explorarem, mas nunca se constituíram legalmente. Situação que era do conhecimento das autarquias.-----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu que era importante que a Junta de Freguesia de S. Francisco da Serra diligenciasse no sentido da legalização da situação daquela Casa de Convívio.-----

O senhor Pedro Gamito referiu que é essencial neste processo clarificar a situação das obras, as quais foram efectuadas num terreno que, uma parte, é propriedade da Junta de Freguesia, outra parte é do Município e outra do domínio público.-----

Acrescentou que a propriedade da Sala de Convívio é uma questão discutível e que deve ser devidamente analisada.-----

Informou ainda que a Junta de Freguesia já chamou a atenção para a questão da legalização da Associação.-----

O senhor Jaime Cáceres referiu que é uma prática das Autarquias o apoio a este tipo de iniciativas das comunidades organizadas, dando como exemplo duas situações recentes na Freguesia de Santo André: a construção de um parque infantil e o refeitório escolar na EB1 de Brescos, com as quais as populações ficaram a ganhar.-----

ETAR DA RIBEIRA DOS MOINHOS – GREVE DOS TRABALHADORES – IMPACTOS-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Vítor Casanova, o qual, em nome dos trabalhadores em greve naquela ETAR, informou que se vive uma situação muito grave na ETAR, não só no que respeita à situação dos trabalhadores, mas também no que se refere aos impactos ambientais, dado que o tratamento dos resíduos industriais de Sines e dos esgotos de Santo André não está a ser feito com os parâmetros exigidos para poderem ser encaminhados para o mar. Mais informou que os trabalhadores estão em greve há vinte e quatro dias, reivindicando o aumento dos salários e melhores condições de higiene e segurança no trabalho, para poderem servir a população em condições, e

que já se dirigiram ao Ministério do Ambiente e ao Ministério do Trabalho, não obtendo resposta. Pelo que, decidiram dar conhecimento desta situação às instituições e população para as alertar sobre os perigosos decorrentes da mesma.-----

Interveio o senhor Jaime Cáceres para saudar os trabalhadores e propor à Assembleia Municipal a elaboração de um documento onde esta manifeste a sua solidariedade com os mesmos pela luta que travam há vinte e quatro dias, pela melhoria dos salários, o reforço do quadro de turno, e a melhoria de condições de higiene e segurança no trabalho. Documento este a enviar aos órgãos de soberania, à empresa SISÁGUA e à empresa Águas de Santo André, exigindo respostas concretas a estas questões bem como às questões ambientais que se colocam.-----

O senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa referiu que, se a unidade de tratamento estiver parada e se as empresas continuarem a descarregar, os resíduos vão directamente para o mar.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, começando por saudar os trabalhadores da SISÁQUA presentes por trazerem as preocupações apresentadas, as quais considerou de interesse público.-----

Acrescentou que é importante que o Município, através da Câmara Municipal, saiba o que se está a passar relativamente às questões ambientais.-----

Relativamente à luta dos trabalhadores, considerou que se trata de um direito constitucional, mas não conhecendo a relação laboral dos mesmos com a entidade patronal não irá tomar posição sobre esta matéria, considerando ainda que, se a Assembleia Municipal o fizer, estará a abrir um precedente relativamente a este tipo de situações.-----

O senhor Jaime Cáceres referiu que as preocupações com o meio ambiente vão ser cada vez maiores, caso a greve se mantenha, porque as empresas continuam a descarregar os resíduos para a ETAR.-----

Acrescentou que os trabalhadores em greve vivem na Freguesia de Santo André, onde está em curso uma campanha de solidariedade desenvolvida por artistas plásticos e outros membros da comunidade que estão solidários com a luta que os mesmos travam.

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou a Assembleia que tem vindo a acompanhar com preocupação a luta dos trabalhadores, aos quais manifestou pessoalmente a sua solidariedade numa deslocação que fez àquela ETAR, para melhor se inteirar da situação.-----

Acrescentou que aquela ETAR é propriedade do Estado e que a sua gestão é da responsabilidade da empresa Águas de Portugal que a concessionou à empresa SISÁQUA, e que na mesma são tratados os esgotos industriais e alguns esgotos domésticos.-----

Mais referiu que são impressionantes as condições de trabalho existentes naquela ETAR. Considerou que se trata de uma profissão de risco, porque os trabalhadores circulam sozinhos por cima dos tanques, sujeitos a caírem para os mesmos, sem ninguém por perto que os possa ajudar, daí a necessidade de um reforço de mais elementos por turno. Para além da falta outras condições básicas de higiene e segurança no trabalho.-----

Acrescentou que os trabalhadores auferem salários muito baixos, entre quatrocentos e cinquenta a quinhentos e noventa euros, enquanto colegas seus, a desempenharem funções similares nas empresas do complexo industrial de Sines e na empresa Águas de Santo André, recebem duas e três vezes mais.-----

Informou ainda que, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, subscreveu um documento sobre este assunto em conjunto com o Presidente da

Câmara Municipal de Sines. Acrescentou que tudo o que se fizer em solidariedade com aqueles trabalhadores é pouco, tendo em conta as condições em que os mesmos desempenham a sua actividade. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, começando por referir que não são boas, desde há bastante tempo, as informações sobre as condições de trabalho e de tratamento dos resíduos naquela ETAR, acrescentando que a ideia que fica é que o equipamento está obsoleto, porque terá havido um desinvestimento por parte das empresas responsáveis. - Acrescentou que as condições de trabalho também não são adequadas, questionando, se há alguma entidade que acompanhe as condições de higiene e segurança no trabalho naquela ETAR. -----

O senhor Vítor Casanova informou que há sete anos que trabalha naquela ETAR e que esta é a terceira greve que fazem. Contudo, só agora, e pela primeira vez, o ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, se deslocou àquele local. -----

Interveio novamente o senhor Arnaldo Frade para reiterar a solidariedade para com a luta dos trabalhadores, considerando que a resolução destes problemas passa pela relação dos mesmos com a entidade patronal, no sentido de verem reconhecidos os seus direitos. -----

Acrescentou que não lhe parece bem que a Assembleia Municipal, enquanto órgão autárquico, tome posição relativamente às relações laborais entre os trabalhadores e a empresa, dado que se trata de uma questão do direito privado, mas considerou que o deve fazer em relação ao funcionamento da ETAR. -----

O senhor Vítor Casanova informou que a ETAR não está em by-pass, situação que os trabalhadores não permitirão, acrescentando que o piquete de greve tem feito o possível para evitar que a situação se agrave, dado que o tratamento dos resíduos não está a ser feito correctamente, pelo que, os riscos ambientais são eminentes.-----

O senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa referiu que aquela ETAR foi construída para tratar resíduos industriais a custos baixos, até lá chegarem os lixos domésticos. Acrescentou que a empresa Águas de Santo André recebe pelo lixo que entra naquela ETAR, pelo que, é responsável pela mesma.-----

Mais referiu que, estando somente a ser garantidos os serviços mínimos e tendo em conta o tempo de duração da greve, nesta situação, é complicado tirar amostras no adutor, pelo que, não deve estar a ser feita a monitorização dos efluentes que chegam das empresas. -----

O senhor Vítor Casanova informou que a monitorização está a ser feita pela empresa Águas de Santo André. -----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu que a empresa Águas de Santo André deve ter feito um contrato com a SISÁQUA onde estão definidas as responsabilidades pela exploração da ETAR. Acrescentou que a Assembleia Municipal não tem poder para obrigar a SISÁQUA a aumentar o salário dos trabalhadores, mas pode influenciar a empresa Águas de Santo André, no sentido desta obrigar a SISÁQUA a cumprir com as cláusulas contratuais e melhorar as condições de trabalho. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, referindo que os órgãos Municipais devem estar preocupados com a situação de degradação daquela ETAR, tendo em conta as implicações que da mesma resulta para as populações. Acrescentou que a Assembleia Municipal deve pressionar e exigir às entidades responsáveis a tomada de medidas para a resolução do problema, e que a ACT pode encerrar a empresa caso a mesma não cumpra com as normas de higiene e segurança no trabalho. -----

Mais referiu que não cabe à Assembleia Municipal intervir no que diz respeito à luta dos trabalhadores em matéria salarial, mas esta deve expressar a sua solidariedade pelo direito dos trabalhadores a melhores condições para exercerem as suas funções. -----

O senhor Jorge Pinela considerou que se trata de um problema sério que a todos pode afectar, pelo que, considerou que o mesmo não deve ser transformado em lutas partidárias. -----

Acrescentou que qualquer que seja o resultado da votação do documento que for submetido à Assembleia Municipal, não vai obrigar a empresa SISÁQUA a aumentar os salários dos trabalhadores. -----

O senhor Nuno Braz, considerou que a Assembleia Municipal não se deve meter em questões do foro privado das empresas. -----

Pelo senhor Jaime Cáceres, foi apresentada a seguinte proposta de Moção sobre o assunto em discussão: -----

-----“MOÇÃO -----

Considerando a luta dos trabalhadores da SISAQUA, da ETAR da Ribeira dos Moinhos, que estão em greve há 24 dias, nomeadamente pela melhoria dos salários, no sentido da reposição do poder de compra; pelo reforço do quadro de turnos e pela melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, solidária com os trabalhadores da SISAQUA, e reunida no dia 29 de Fevereiro de 2008, delibera: -----

-Exigir das entidades competentes, designadamente da SISÁQUA e da Águas de Santo André, respostas concretas para a resolução do conflito, tendo em conta a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das populações.-----

-Demonstrar preocupação, considerando que a ETAR da Ribeira dos Moinhos é uma unidade sensível que trata os resíduos do Complexo Industrial de Sines e resíduos domésticos, que a não serem ultrapassadas estas questões, podem causar graves riscos ambientais de saúde pública.-----

Enviar para: -----

- Ministério do Ambiente -----

- Ministério da Saúde -----

- Ministério do Trabalho -----

- Grupos Parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República -----

- Águas de Santo André -----

- SISÁQUA -----

- Órgãos da Comunicação Social -----

- Trabalhadores da SISÁQUA.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, dezoito dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Quatro, dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e um do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, e sete abstenções, dos eleitos do PS,

senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

Pelo senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa, foi apresentada a seguinte proposta de Moção, sobre o assunto em discussão:-----

“MOÇÃO -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida no dia 29 de Fevereiro de 2008, delibera: -----

- Responsabilizar as Águas de Santo André e a SISÁQUA pelas eventuais deficientes condições de tratamento efectuado na ETAR da Ribeira de Moinhos das efluentes que chegam à mesma ETAR. -----

- Esta Assembleia solidariza-se com os Trabalhadores que se encontram actualmente em greve. -----

Enviar para: -----

- Ministério do Ambiente -----

- Ministério da Saúde -----

- Ministério do Trabalho -----

- Grupos Parlamentares dos partidos com assento na Assembleia da República -----

- Águas de Santo André -----

- SISÁQUA -----

- Órgãos da Comunicação Social -----

- Trabalhadores da SISÁQUA” -----

O senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com onze votos a favor, cinco dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, cinco dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Joaquim António Gamito, Margarida Isabel de Matos Pereira, Maria Olímpia Lampreia Silva e Joaquim António Gonçalves, e um do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. Dezassete abstenções, sendo doze dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, António Gonçalves Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, duas dos eleitos do PS, senhores, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade e Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes e três dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, António João Antunes Isidoro e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e um voto contra, do Senhor Nuno Alexandre Vilhena Braz, eleito do PSD. -----

COMISSÃO DE UTENTES DE SAÚDE DA FREGUESIA DE SANTIAGO DO CACÉM-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Dinis Silva, membro daquela Comissão, o qual começou por informar que teve lugar, no dia vinte e três do mês em curso, em Santiago do Cacém, uma sessão de esclarecimento à população sobre as condições de saúde no Município, na qual se debateu nomeadamente, o encerramento do SADU e as suas consequências, a assistência nas extensões de Saúde, a falta de

tratamentos de enfermagem no Centro de Saúde, aos fins de semana, a precariedade no trabalho dos profissionais de saúde, a falta de transportes para o Hospital do Litoral Alentejano, a privatização do Serviço de Imagiologia, quando o mesmo foi pago pelos contribuintes, a intenção do Governo de passar aquela Unidade Hospital para uma gestão privada (EPE), e a falta da Maternidade, o que obriga ao transporte das parturientes para Setúbal, com os riscos inerentes.-----

DELIBERAÇÃO SOBRE A CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia, a continuação dos trabalhos.-----

Interveio o senhor Alexandre Rosa que, em nome do Grupo Municipal do PS, propôs que fosse marcada uma segunda reunião para discussão dos assuntos constantes na Ordem do Dia. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que solicitou a compreensão da Assembleia Municipal no sentido de serem discutidos alguns assuntos mais urgentes nomeadamente, as alíneas a) b) e f) do ponto 5. da Ordem do Dia. -----

Os eleitos do PS referiram que só aceitavam discutir os pontos 1, 2 e as alíneas a) e b) do ponto 5. da Ordem do Dia, por considerarem que o assunto da alínea f) merecia uma discussão mais profunda, tendo em conta a matéria em causa. -----

O senhor Presidente colocou a votação a **proposta da Mesa da Assembleia**, no sentido de se prosseguir com os trabalhos com a discussão dos pontos 1, 2 e as alíneas a) b) e f) da Ordem do Dia, ficando os restantes assuntos para serem discutidos na 2ª reunião, a ter lugar, no dia dez de Março do ano em curso, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, dezoito dos eleitos da CDU, três dos eleitos do PSD e um do eleito do BE. Oito votos contra, sete dos eleitos do PS e um de um eleito do PSD. -----

Pelo senhor Alexandre Rosa, em nome do Grupo Municipal do PS, foi feita a seguinte declaração: “Lamento que não tenha havido condições para marcar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para discutir o assunto constante na alínea f) da Ordem do Dia, quando o mesmo já foi abordado há algum tempo atrás.”-----

ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente-----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em vinte e um de Dezembro de dois mil e sete, até vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Actas. -----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número oito** da Sessão Ordinária de vinte e um de Dezembro de dois mil e oito, a qual foi **aprovada, por maioria**, com quatro abstenções, dos senhores, Rui Madeira, Maria de Lurdes Gomes, Margarida Pereira e Albano Mestre, por não terem estado presentes. -----

5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---a) 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2008/2011;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Oito Dois Mil e Onze. * -----

FUNDAMENTOS: 1. De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

2. Conforme o disposto na Alínea b) do nº. 2 do artigo 53º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e doze abstenções, sete dos eleitos do PS, senhores, Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha P. Gomes, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas B. Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel S.D. Brito, quatro dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.”-----

---b) **1º Revisão ao Orçamento de Despesa/Receita 2008;** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Oito Dois Mil e Onze. * -----

FUNDAMENTOS: 1. De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

2. Conforme o disposto na Alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou de imediato a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias

Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e doze abstenções, sete dos eleitos do PS, senhores, Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha P. Gomes, Sandra Maria Brás Coelho, Miriam Mills Mascarenhas B. Vicente, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Alberto Manuel Sousa Brito, quatro dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e uma do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.” -----

A partir deste momento, eram zero horas e trinta minutos, os eleitos do PS ausentaram-se da reunião. -----

A senhora Maria Olímpia Lampreia Silva, informou a Mesa que, a partir deste momento, se ia ausentar da reunião, por motivos de saúde.-----

--- f) Adesão do Município de Santiago do Cacém à AMAGIA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Integral de Água; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“PROPOSTA: 1. Aprovar a proposta de adesão do Município de Santiago do Cacém à AMAGIA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Integral de Água; ----

2. Aprovar a proposta de Estatutos da AMAGIA.* -----

FUNDAMENTOS: De Facto: 1. Os Municípios de Sines e de Santiago do Cacém, no âmbito da sua participação na Associação de Municípios do Litoral Alentejano, promoveram a constituição do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Litoral Alentejano. -----

2. Em conformidade com a estratégia que Portugal definiu no âmbito do ambiente para qualidade do abastecimento público de água para o período de 2000-2006 (PEAASAR), estes Municípios, associados na AMLA, apresentaram desde 2001 candidatura ao Fundo de Coesão para co-financiamento das suas necessidades de investimento nos domínios do abastecimento público de água e de tratamento das águas residuais. -----

3. Na senda das realizações protagonizadas pelo Poder Local Democrático em defesa das suas populações, responsáveis pela resolução de inúmeros problemas nestes domínios, e no contexto das soluções legais admissíveis, defenderam estes Municípios os Sistemas Intermunicipais, pelo controlo público e municipal das decisões e a sua articulação com as restantes políticas municipais.-----

4. O boicote de sucessivos Governos impediu a aprovação da candidatura apresentada ao Fundo de Coesão, significou o adiamento desde 2002 de mais de 76 milhões de euros de investimentos na Região e a consequente resolução dos problemas de abastecimento público de água em quantidade e qualidade necessários a mais 90 mil habitantes.-----

-----II-----

5. Associados na AMLA, ambos os Municípios participaram na Litáguas – Águas do Litoral Alentejano, EIM, empresa pública intermunicipal, constituída com o objectivo de construir e explorar o Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Litoral Alentejano. -----

6. Defenderam estes Municípios, por esta via, soluções de gestão empresariais para os seus sistemas, estruturas de gestão dedicadas, com autonomia administrativa e patrimonial, capazes de acrescentar racionalidade económica à sua gestão, internalizando competências, proporcionando ganhos de escala e de processo,

mobilizando elevados recursos financeiros para a execução de importantes investimentos em curtos espaços de tempo. -----

7. À não aprovação da candidatura ao Fundo de Coesão em Dezembro de 2006 seguiu-se a ausência de qualquer iniciativa da AMLA e da sua empresa intermunicipal para a viabilização da actividade desta e a execução do seu plano de investimentos.-----

8. Com a decisão da AMLA de extinção da Litáguas, a que se opuseram os Municípios de Santiago do Cacém e Sines, esgotaram-se as possibilidades de concretização por esta Associação de Municípios dos projectos de investimento para o sector, rompendo com o património de trabalho associativo na qualificação ambiental por esta promovido para a Região. -----

9. Em consequência, permaneceram ambos os Municípios, durante quase um ano, sem as diligências necessárias e exigíveis a esta estrutura associativa e à sua entidade pública empresarial participada, para a exploração das possibilidades de preparação de novas candidaturas aos fundos comunitários e avaliação de fontes de financiamento alternativas, enquanto que subsistem as necessidades de investimento no abastecimento domiciliário de água e no tratamento de águas residuais em ambos os Concelhos. -----

-----III-----

10. No Município de Santiago do Cacém, com parte das suas captações por equipar, mantêm-se origens que apresentam características de qualidade que requerem linhas de tratamento com alguma complexidade. Apesar do nível de atendimento domiciliário ser considerado bom (72%), tendo em conta que a percentagem de isolados e localidades com menos de 50 habitantes é de cerca de 16%, a qualidade de serviço é melhorável atenuando as perdas mais importantes nos sistemas adutores e redes de distribuição e melhorando a qualidade da água de algumas origens. -----

11. Em matéria de saneamento, com cerca de 83% da população do Concelho de Santiago do Cacém servida por redes de saneamento e cerca de 76% por tratamento de águas residuais, o interior mantém um atendimento menos completo.-----

12. Em Sines, impõe-se que a curto e médio prazo se processe a uma intervenção geral, tanto na rede de abastecimento geral de água, como na rede de drenagem de águas residuais.-----

13. Os níveis de qualidade ficarão, entretanto, aquém dos novos padrões exigíveis a ambos os serviços públicos, requerendo aos dois Municípios investimentos vultuosos que se estimam em 16.000.000,00 €, sendo que cerca de 60% do Investimento total de destina ao sector dos esgotos, valores que se encontram para além da capacidade de libertação de fundos dos dois Municípios.-----

-----IV-----

14. Perante as necessidades de investimentos expostas, sustentam ambos os Municípios a necessidade do seu financiamento por fundos comunitários com taxas de comparticipação que garantam a sustentabilidade dos sistemas a preços socialmente justos, cumprindo, deste modo, os objectivos ambientais do PEAASAR II. -----

15. O plano de investimentos destes Municípios, e os seus objectivos fundamentais, convergem com os o do PEAASAR II e com os do Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007-2013, no âmbito do seu Eixo Prioritário II – Rede estruturante de abastecimento de água e saneamento, nos termos dos quais se pretende servir a população de Portugal Continental com sistemas públicos de abastecimento de água, com fiabilidade, quantidade e qualidade, e de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, promovendo os valores ambientais e a saúde pública no cumprimento integral do normativo nacional e comunitário aplicável. -----

16. O Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Litoral Alentejano, da responsabilidade da AMLA, extinto com a Litáguas, com o montante indicativo do custo total (em mil euros) de 39900, consta, ainda, na listagem dos grandes projectos a submeter à aprovação pela Comissão Europeia durante o período 2007-2013 na proposta do Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007-2013, conjuntamente com os restantes projectos dos Sistemas Intermunicipais do Alentejo. -----

17. Tal inscrição é conforme, ainda, a apreciação da Direcção Geral de Política Regional da Comissão Europeia, simultânea com a não aprovação da candidatura apresentada no âmbito do III QCA, de acordo com a qual esta entidade reconhece que os seus objectivos ambientais da candidatura eram correctos, o que levou à sua transição a título de Grande Projecto no POVT, oportunidade que estes Municípios se vêem impedidos de aproveitar no quadro da AMLA. -----

-----V-----

18. Ambos os Municípios, sustentam, por fim, a necessidade de articulação das suas necessidades de investimento, não só entre ambos, mas também a uma escala superior introduzindo economias à concepção, construção e exploração dos seus planos de investimento. -----

19. Para além da necessidade de defender o acesso aos fundos comunitários aproveitando as verbas inscritas no POVT para a região do Alentejo, identificam uma gama de serviços gerais de administração e de apoio à exploração no âmbito do quais maiores níveis de integração e articulação de investimentos poderão significar maiores economias de escala e de processo. São eles, e entre muitos outros, a preparação de procedimentos públicos de contratação, o desenvolvimento de sistemas de informação, de programas operacionais de controlo, ao que se acrescentam a partilha de competências para o sector. -----

20. Sinergias essas que, reconhecem por fim, se obtêm com a sua participação conjunta na AMAGIA, Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Integral de Água, pessoa colectiva de direito público a constituir com os Municípios de Aljustrel, Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Moura, e Serpa, com o objecto de projectar, implementar e gerir um sistema de captação, tratamento e adução em alta de água para abastecimento público e de tratamento e destino final de águas residuais dos seus Municípios Associados, associação a que devem, pelo exposto, promover a sua adesão a aprovar a sua constituição e a quem devem delegar a concepção, construção, financiamento e exploração dos investimentos nos seus sistemas municipais. -----

-----VI-----

21. Consideram, porém, os Municípios de Santiago do Cacém e Sines, que a delegação de competências em ambos os domínios para a AMAGIA deverá atender às especificidades dos seus sistemas municipais e do seu território, ao interesse na manutenção de competências próprias por ambos os Municípios, à diversidade de soluções de gestão para ambos os serviços públicos, à presença, no seu território, de parcelas e áreas de serviço abrangidas pela concessão conferida à empresa "Águas de Santo André, S.A." criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio. -----

22. Pelo que a delegação de competências destes Municípios à AMAGIA, no âmbito do desenvolvimento do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais para os seus Municípios Associados, se deverá subordinar aos seguintes princípios gerais: -----

23. Delegação por subsistemas: A delegação de competências na Associação realizar-se-á gradual e progressivamente por subsistemas, em função da sua autonomia técnica e

funcional e de acordo com o planeamento a desenvolver nos estudos directores de implementação do Sistema Intermunicipal da AMAGIA, e dependerá, em última análise, da capacidade financeira dos Municípios na assumpção dos compromissos financeiros inerentes. -----

24. Reserva de delegação: O Sistema Intermunicipal da AMAGIA integrará o âmbito geográfico de todo o território dos municípios de Santiago de Cacém e Sines, com ressalva das parcelas de território e áreas de serviço que constituam subsistemas de abastecimento e de tratamento que, pela sua autonomia técnica e funcional, se conclua que não resultam economias pela sua prossecução articulada no seio da AMAGIA. -----

25. Participação financeira: As actividades da Associação e a concretização do seu plano de investimentos serão financiadas, por estes Municípios, proporcionalmente à importância relativa dos serviços e investimentos por estes delegados, respectivamente.-

26. Transparência: A AMAGIA deverá desenvolver sistemas de informação contabilística que permitam o apuramento dos custos de exploração específicos dos subsistemas de Santiago do Cacem e Sines justificativos das tarifas a aplicar a estes nos termos da legislação em vigor. -----

27. Autonomia tarifária: Deverão ser desenvolvidos e aplicados sistemas tarifários diferenciados sempre que se demonstre que da aplicação das tarifas médias do Sistema Intermunicipal resultariam agravamentos tarifários para os Municípios de Sines e de Santiago do Cacém quando comparada a execução da mesma actividade por estes Municípios isoladamente. -----

28. Afectação de património: Os municípios cederão ao Sistema Intermunicipal as infra-estruturas e equipamentos a este necessários, de forma gradual, segundo o faseamento e avanço do processo de implementação do Sistema, devendo ser elaborado auto de entrega com descrição dos bens entregues e do seu estado, o qual constituirá anexo ao contrato de cedência a outorgar entre o Município e a Associação. -----

De Direito: 1. De acordo com a alínea a), do nº 6, do Artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

2. De acordo com a alínea m), do nº 2, do Artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

3. De acordo com o nº 1, do Artigo 20º, da Lei nº 11/2003, de 13 de Maio.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Carlos Pereira Dias, questionando sobre o papel da empresa Águas de Portugal neste processo, nomeadamente no referente ao tarifário. -----

Questionou também sobre o processo que levou à criação da empresa Águas de Santo André no Município. -----

Perguntou ainda, se chegou a ser equacionada a possibilidade do Município avançar sozinho neste processo. -----

O senhor Jorge Pinela referiu que a Câmara Municipal vem pedir o aval da Assembleia Municipal para a constituição da Associação e aprovação dos seus estatutos, pelo que, questionou sobre a forma como se vai enquadrar, à posteriori, a entrada da empresa Águas de Portugal neste processo. -----

O senhor Francisco Roque referiu que no modelo apresentado a empresa Águas de Portugal vai ficar com uma posição maioritária (51%). -----

Questionou em seguida sobre qual vai ser o papel da empresa Águas de Santo André neste projecto empresarial, tendo em conta a situação de excepção que a mesma tem no

abastecimento de água à Cidade de Vila Nova de Santo André, dado que o abastecimento na zona rural da Freguesia é assegurado pela Câmara Municipal. -----
O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a empresa Águas de Santo André foi criada pelo Governo no contexto da coíncineração e do Sistema Municipal, quando era Ministro do Ambiente o Eng^o José Sócrates, acrescentando que os Municípios não foram ouvidos neste processo. -----
Relativamente à empresa Águas de Portugal, esclareceu que o acordo com a mesma não é feito com a Associação, mas com a empresa a criar. -----
No referente ao tarifário, informou que não é ainda possível informar, porque os cálculos do mesmo terão que ter em conta os custos do sistema e as regras existentes na União Europeia. -----
Mais informou que os Municípios que aderiram ao projecto pretendem chegar a um acordo com a empresa Águas de Portugal, acrescentando que, mesmo que esta fique com a maioria do capital, será criada uma situação de excepção com base num acordo parassocial a estabelecer, para salvaguarda dos Municípios no caso daquela Empresa ser privatizada. -----
Informou ainda que foi equacionada a hipótese de o Município avançar com um projecto em conjunto com o Município de Sines, o que se mostrou inviável dados os elevados custos do mesmo. -----
Acrescentou que a Câmara Municipal tentou negociar com a empresa Águas de Santo André a questão do tratamento dos esgotos de Santiago do Cacém, mas esta queria imputar ao Município os custos do colector para a ETAR da Ribeira dos Moinhos, quando os mesmos foram previstos no contrato de concessão àquela Empresa. -----
Mais referiu que não se sabe ainda qual vai ser o papel da empresa Águas de Santo André, acrescentando que seria útil a sua integração no modelo previsto no âmbito do processo em discussão. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, Margarida Isabel de Matos Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Mestre, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. Quatro dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e uma abstenção do eleito do BE, senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----
JUSTIFICAÇÃO DE VOTO, O senhor Francisco Roque declarou que o seu sentido de voto se deveu ao facto de não ter recebido atempadamente a documentação sobre este assunto.” -----

O senhor presidente suspendeu a discussão da Ordem do Dia, a qual prosseguirá na segunda reunião da presente Sessão, marcada para o dia dez de Março do ano em curso, conforme o deliberado. -----

Em seguida, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente reunião, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo
verificado inscrições para o fazer. -----
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----
Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora e trinta
minutos, do dia um de Março de dois mil oito. -----
Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

